# Jurisprudência em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 64: IMPOSTOS MUNICIPAIS II - ISS . . . . . 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Edição n. 64** Brasília, 24 de agosto de 2016

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 17/06/2016.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

## EDIÇÃO N. 64: IMPOSTOS MUNICIPAIS II - ISS

### 1. A listagem de serviços que constituem fatos geradores do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (anexa ao Decreto-Lei n. 406/1968 e à Lei Complementar n. 116/2003) comporta interpretação extensiva para abarcar os serviços congêneres àqueles previstos taxativamente. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - Tema 132)

Julgados: AgRg no AREsp 527624/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 18/04/2016; AgRg no REsp 1245503/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 01/04/2016; AgRg no AREsp 707778/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/03/2016; AgRg no AREsp 832556/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/03/2016; AgRg no REsp 1217612/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 22/02/2016; AgRg no REsp 1464576/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 09/11/2015; REsp 1111234/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 08/10/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 573) (Vide Repercussão Geral - Tema 296)

2. O ISS é espécie tributária que pode se caracterizar como tributo direto ou indireto, sendo necessário avaliar se seu valor é repassado ou não ao preço cobrado pelo serviço. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 Tema 398)

Julgados: AgRg no REsp 1225188/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 23/11/2015; AgRg no AREsp 159508/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 20/11/2015; EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 404249/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 09/06/2014; AgRg nos EDcl no REsp 1094268/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 09/12/2013; AgRg no AREsp 398896/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 05/12/2013; REsp 1131476/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 01/02/2010;

3. A partir da vigência da Lei Complementar n. 116/03, a competência tributária ativa para a cobrança do ISSQN recai sobre o município em que o serviço é efetivamente realizado, desde que, no local, haja unidade econômica ou profissional do estabelecimento prestador. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - Temas 354 e 355)

Julgados: AgRg no REsp 1576490/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 24/05/2016; AgInt no REsp 1502963/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 12/05/2016; AgRg no AREsp 560961/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/03/2016; AgRg no REsp 1143574/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 08/03/2016; AgRg no AREsp 827271/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 08/03/2016; REsp 1060210/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 05/03/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 555) (Vide Repercussão Geral - Tema 125)

4. Incide ISSQN e não ICMS nas hipóteses em que são desenvolvidas operações mistas de fornecimento de mercadorias e prestação de serviço, desde que este esteja expressamente previsto na listagem anexa ao DL n. 406/1968 e à LC n. 116/2003.

Julgados: AgRg no AREsp 791067/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 19/05/2016; REsp 1307824/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 09/11/2015; AgRg no AREsp 445591/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 24/11/2014; AgRg no Ag 1389891/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJE 02/08/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 573) (Vide Repercussão Geral - Tema 379)

## 5. O tratamento diferenciado que assegura a alíquota fixa do ISS às sociedades profissionais, nos moldes do art. 9º do Decreto-Lei n. 406/68, não foi revogado pelo art. 10 da Lei Complementar n. 116/03.

Julgados: AgRg no AREsp 155844/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 31/03/2016; AgRg no REsp 1242490/PB, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 17/09/2013; REsp 1028086/RO, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJE 25/10/2011; AgRg no Ag 1229678/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 28/09/2010; REsp 1184606/MT, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJE 01/07/2010; AgRg no AgRg no AgRg no REsp 1013002/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 18/03/2009;

## 6. O benefício da alíquota fixa do Imposto sobre Serviços estabelecida no art. 9º, §§ 1º e 3º, do DL n. 406/68 somente é concedido às sociedades uni ou pluripessoais integradas por profissionais que atuam com responsabilidade pessoal e sem caráter empresarial.

Julgados: AgInt no AREsp 860593/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 08/06/2016; EDcl no AREsp 773758/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 19/05/2016; AgRg no AREsp 155844/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 31/03/2016; AgRg nos EDcl no REsp 1445260/MG, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJE 28/03/2016; AgRg no AREsp 792878/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 14/12/2015; AgRg no REsp 1259145/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 15/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 464)

7. A tributação fixa do ISS não alcança as sociedades constituídas sob a forma de responsabilidade limitada, em razão do caráter empresarial de que se reveste este tipo societário.

Julgados: EDcl no AREsp 773758/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 19/05/2016; AgRg no AREsp 155844/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 31/03/2016; AgRg nos EDcl no REsp 1445260/MG, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJE 28/03/2016; AgRg no AREsp 795673/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 11/02/2016; AgRg no AREsp 785293/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 16/11/2015; AgRg no REsp 1259145/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 15/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 464)

8. As sociedades simples constituídas sob a forma societária limitada fazem jus ao benefício da tributação por alíquota fixa desde que os seus sócios prestem serviços de forma pessoal e sem caráter empresarial.

Julgados: AgRg no AREsp 792878/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 14/12/2015; AgRg no AREsp 519194/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 13/08/2015;

9. Não incide ISS sobre os serviços de rebocagem na vigência do Decreto-Lei n. 406/68, tanto por ausência de expressa previsão legal (art. 108, §1º, do CTN), como por não ser serviço congênere ao de atracação.

Julgados: AgRg no AREsp 720449/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 11/11/2015; AgRg no AREsp 157118/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJE 20/06/2012; EREsp 965583/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 26/04/2011;

(Vide Pesquisa Pronta) (Vide Repercussão Geral - Tema 296)

## 10. A base de cálculo do ISSQN incidente na prestação do serviço público de transporte coletivo é o valor pago pelo usuário no momento da aquisição da passagem, e não o valor da tarifa vigente na data da sua utilização.

Julgados: AgRg no AREsp 483264/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 19/05/2014; AgRg no AREsp 112288/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 25/09/2012; AgRg no AREsp 089695/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 08/03/2012; AgRg no REsp 1172322/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJE 05/10/2010; REsp 922239/MG, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJE 03/03/2008; AREsp 130025/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, Publicado em 06/06/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 505)

## 11. O valor suportado pelo beneficiário do serviço, nele incluindo a quantia referente ao ISSQN, compõe o conceito de receita ou faturamento para fins de adequação à hipótese de incidência do PIS e da COFINS. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 Tema 634)

Julgados: AgRg no REsp 1576279/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 27/05/2016; EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1421375/MT, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJE 27/04/2016; AgRg no AgRg no AgRg no REsp 1512956/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 19/04/2016; REsp 1330737/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 14/04/2016; AgRg no REsp 1576424/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 16/03/2016; AgRg no AREsp 655489/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/11/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 581) (Vide Repercussão Geral - Tema 118)

## 12. É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS sobre operações de locação de bens móveis dissociadas da prestação de serviços. (Súmula Vinculante n. 31/STF)

Julgados: AgRg no AgRg no AgRg no AREsp 720222/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 31/05/2016; REsp 1183210/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJE 20/02/2013; REsp 1303543/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 11/04/2012; EDcl no AgRg no AREsp 032547/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 19/12/2011; REsp 1194999/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJE 22/09/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 444)

## 13. É legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao DL n. 406/1968 e à LC n. 56/1987. (Súmula n. 424/STJ) (Julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - Tema 132)

Julgados: AgRg no AREsp 527624/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 18/04/2016; AgRg no REsp 1245503/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 01/04/2016; AgRg no AREsp 747997/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/03/2016; AgRg no REsp 1217612/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 22/02/2016; AgRg no REsp 1566309/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 14/12/2015; AgRg no AREsp 586402/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 30/06/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 405) (Vide Súmula Anotada N. 424/STJ) (Vide Repercussão Geral - Tema 296)

## 14. Não se aplica à prestação de serviços de registros públicos cartorários e notariais o regime especial de alíquota fixa do ISS previsto no § 1º do art. 9º do DL n. 406/1968.

Julgados: AgRg no AREsp 835770/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/03/2016; AgRg no AREsp 806853/SP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJE 10/03/2016; AgRg no AREsp 547456/SP, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, DJE 25/02/2016; AgRg no AgRg no AREsp 715438/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 03/12/2015; AgRg no AREsp 641046/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 10/11/2015; AgRg no AREsp 462468/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 23/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 514)

## 15. A competência para o recolhimento do ISS nas hipóteses de construção civil é do município onde a obra foi realizada, independentemente do serviço ter sido prestado antes ou após a edição da LC n. 116/03. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - Tema 198)

Julgados: AgRg no REsp 1428118/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 25/09/2014; EDcl no AREsp 366874/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 29/04/2014; REsp 1137840/BA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJE 17/08/2010; AgRg no Ag 1173805/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 02/06/2010; AgRg no REsp 1167982/ES, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJE 10/06/2010; REsp 1117121/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 29/10/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 411)

## 16. O custo dos materiais empregados na construção civil pode ser deduzido da base de cálculo do Imposto sobre Serviços.

Julgados: AgRg no AREsp 664012/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/03/2016; AgRg no AREsp 812803/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 01/03/2016; AgRg no AREsp 634871/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 11/03/2015; AgRg nos EREsp 1360375/ES, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 16/12/2014; AgRg no AREsp 182462/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 11/12/2014; AgRg no AREsp 520626/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 13/08/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 508) (Vide Repercussão Geral - Tema 247)

## 17. O ISSQN incide apenas sobre a taxa de agenciamento quando o serviço prestado por sociedade empresária de trabalho temporário for de intermediação, devendo, entretanto, englobar também os valores dos salários e encargos sociais dos trabalhadores por ela contratados nas hipóteses de fornecimento de mão de obra. (Tese julgada sob o rito do ert. 543-C do CPC/73 - Tema 403)

Julgados: AgRg no AREsp 732239/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 18/04/2016; AgRg no Ag 1374438/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 17/03/2016; AgRg no AREsp 458191/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 28/03/2014; AgRg nos EAREsp 113485/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 02/05/2013; AgRg nos EREsp 1185275/PR, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 02/05/2013; REsp 1138205/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE 01/02/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 468) (Vide Súmula Anotada N. 524/STJ)

## 18. Não incide ISS sobre o serviço de provedor de acesso à internet, por ausência de previsão legal.

Julgados: AgRg no AREsp 642560/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 06/04/2015; AgRg no AREsp 431924/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJE 18/12/2013; AgRg no REsp 1214452/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJE 01/07/2011; AgRg no REsp 965946/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJE 01/07/2011; AgRg no REsp 1075879/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJE 31/08/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 349)

## 19. Incide ISS sobre a intermediação de negócios na Bolsa de Mercadorias e Futuro - BM&F, cuja atividade é voltada para a comercialização de mercadorias.

Julgados: AgRg no AREsp 583483/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 10/12/2014; AgRg no REsp 1067746/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 21/10/2014; AgRg no REsp 1234879/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 30/09/2014; AgRg no AREsp 098977/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 21/03/2012; EAREsp 836554/SP (decisão monocrática), Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, Publicado em 01/03/2016;